

Luiz Elias Tãmbara Ã© a favor de sÃºmulas vinculantes

O desembargador Luiz Elias Tãmbara, novo presidente do Tribunal de JustiÃ§a de SÃ£o Paulo, afirmou que a reforma do JudiciÃ¡rio “Ã© necessÃ¡ria, mas nÃ£o da forma como estÃ¡ sendo conduzida”. Segundo ele, porÃ©m, a instituiÃ§Ã£o de sÃºmulas vinculantes Ã© um ponto positivo dentro da proposta.

Em entrevista ao jornal do Sindiproesp (Sindicato dos Procuradores do Estado de SÃ£o Paulo), o desembargador discutiu temas polÃªmicos. De acordo com Tãmbara, “eleiÃ§Ã£o de juiz de carreira estadual de 1.º grau para representar a JustiÃ§a dos Estados Ã© uma coisa impensÃ¡vel”.

Natural de Bauru, Tãmbara formou-se bacharel na Faculdade de sua cidade, em 1965. Um ano depois ingressou na magistratura, atuando nas comarcas de RibeirÃ£o Preto, Nhandeara, GuaÃara, Presidente Prudente e da Capital.

Depois de atuar no 2.º Tribunal de AlÃ§ada Civil, foi promovido, em 1983, para o TJ. Atualmente, ocupa o cargo de Corregedor Geral do Tribunal. A seguir, Tãmbara fala sobre a reforma do JudiciÃ¡rio e sobre seus projetos Ã frente do TJ paulista.

Leia a entrevista:

Jornal do SINDIPROESP – Qual a opiniÃ£o de Vossa ExcelÃªncia sobre a proposta de reforma do JudiciÃ¡rio?

Luiz Elias Tãmbara – A reforma Ã© necessÃ¡ria, mas nÃ£o da forma como estÃ¡ sendo conduzida. PorÃ©m, a proposta que estÃ¡ sendo discutida tem alguns aspectos positivos como, por exemplo, as sÃºmulas vinculantes. Acho que o STF e o STJ tÃªm que ter uma competÃªncia nobre, limitada Ã s matÃ©rias constitucionais, e de uniformizaÃ§Ã£o da lei infraconstitucional.

JS – Sobre a criaÃ§Ã£o de um Ã³rgÃ£o de controle externo do JudiciÃ¡rio, qual Ã© sua opiniÃ£o?

Tãmbara – Como estÃ¡ proposto, me parece muito difÃ¡cil de se concretizar. EleiÃ§Ã£o de juiz de carreira estadual de 1.º grau para representar a JustiÃ§a dos Estados Ã© uma coisa impensÃ¡vel. AlÃ©m do Distrito Federal, nÃ³s temos mais 26 Estados. A mesma coisa em relaÃ§Ã£o a um Juiz Federal, que irÃ¡ representar toda a 1.ª InstÃªncia da JustiÃ§a Federal. AlÃ©m disso, a presenÃ§a de advogados nesse Ã³rgÃ£o deve ficar muito clara.

Quais as atribuiÃ§Ãµes do Ã³rgÃ£o? Esse advogado terÃ¡ mandato? SerÃ¡ remunerado? O advogado vai ficar impedido de exercer a advocacia? Porque hÃ¡ uma incompatibilidade absoluta em integrar um Ã³rgÃ£o de controle externo e, ao mesmo tempo, estar desempenhando as funÃ§Ãµes de advogado. Essa proposta Ã© inaceitÃ¡vel.

JS – O que Vossa Excelência acha da proposta de a ONU enviar um observador internacional para analisar o Poder Judiciário no Brasil?

Táçmbara – Mais do que uma interferência no Judiciário, isso seria uma interferência na própria soberania do país. A meu ver, um organismo internacional vir fazer uma inspeção em um dos poderes da República seria uma violação da soberania da nação. Ela naturalmente se equivocou ao falar em investigação do Judiciário, porque como essa senhora é de uma comissão de direitos humanos ela se preocupou muito com a situação em que se encontram algumas instituições da Febem e de nosso sistema penitenciário. Mas quem administra e quem investe nessas instituições é o Executivo e não o Judiciário. Se há violação, se há tortura não é do Judiciário.

JS – E sobre a criação de uma Defensoria Pública – com autonomia financeira e administrativa – no Estado de São Paulo?

Táçmbara – Parece que já existe um projeto nesse sentido. Não sei se é tão ambicioso, com essa autonomia administrativa e financeira. Porém, a criação da Defensoria Pública em São Paulo é uma necessidade. A Procuradoria de Assistência Judiciária não tem condições de prestar o atendimento que a população exige e tem direito.

JS – Quais suas principais propostas para o Judiciário paulista?

Táçmbara – São muitas e algumas prioritárias. A prioridade número um – e me parece que não poderia ser outra – é a continuidade da informatização do Tribunal. Esse processo já está em andamento e deve se encerrar com a informatização de todo o Estado, até meados do ano que vem. A prioridade número dois será o fortalecimento dos juizados especiais; uma justiça menos complicada, mais próxima do povo, mais rápida, barata e eficiente. A terceira será a ampliação da mediação, que hoje já vem sendo feita em 2º grau, para o 1º grau.

JS – É favorável à participação de todos os juizes vitalícios na escolha do presidente, do corregedor e demais cargos do TJ? Por quê?

Táçmbara – A forma como está sendo feita a eleição da cúpula de direção do TJ – presidente, vice-presidente e corregedor -, que compõe o Conselho Superior da Magistratura, pelos desembargadores, é a forma mais adequada. Primeiro, porque os desembargadores, se presume, têm experiência e uma carreira já feita, além da responsabilidade do cargo que ocupam. Segundo, se nós fossemos permitir a eleição por todos os juizes vitalícios, o corregedor não poderia ser candidato a mais nada. Como ele iria pedir votos para juizes que ele está acompanhando e que estão sob a sua autoridade censurável? Eu acho impraticável.

JS – A composição do Regimento Especial do TJ pelos desembargadores mais antigos ainda é a melhor forma?

Táçmbara – Pode não ser a melhor, mas ainda é a forma tradicional. Evita-se, também, uma

política do Tribunal pela disputa de cargos. Mas estou perfeitamente aberto para discutir a eleição de pelo menos metade do Tergo Especial. O problema maior que vejo é que, nessa composição do Tergo Especial – pelos 25 Desembargadores mais antigos – cinco vagas são preenchidas por membros da OAB e do Ministério Público, garantindo o quinto constitucional. Nesse caso, a eleição seria um complicador. Quem elegeria todos os desembargadores, elegeria também os do quinto constitucional? São problemas práticos que criam uma grande dificuldade para essa eleição. Não é tão simples quanto se pensa.

JS – Anna Maria Pimentel, presidente do TRF paulista (3ª Região), vem promovendo eleições de diretor do Fórum. É favorável a essa inovação?

Tâmara – Sou favorável. Acho que nas Comarcas onde há um número maior de juizes, essa eleição é perfeitamente razoável e até apropriada.

JS – Por que o TJ de São Paulo não edita Súmulas de jurisprudência?

Tâmara – É um tema que vem sendo, cada vez mais, objeto de discussão aqui no TJ. Estamos com uma disposição firme de editar, serão súmulas, ao menos enunciados, para facilitar e agilizar. Facilitar o julgamento aqui e sinalizar também para o juiz qual é a posição do Tribunal. A edição de enunciados ou súmulas é um de nossos projetos na Presidência.

Autores: Redação Conjur